

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andréia Fátima Varela Kafer¹

Resumo

Gestão escolar democrática e a participação da família na Educação Infantil, tem os objetivos de compreender como o atendimento da educação infantil foi acontecendo no Brasil, promover uma reflexão a cerca dos fatores que dificultam ou impedem uma participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos e as contribuições do gestor neste contexto educativo. Como método de pesquisa foi utilizado uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários em três Centros Municipais de Educação Infantil do município de Concordia – SC, localizados em diferentes regiões, dois na área urbana, contemplando centro bairro, e meio rural. Sendo a família o primeiro contexto de educação da criança, na Educação Infantil a parceria deve ser o ponto inicial do trabalho. No entanto para que isso aconteça o gestor deve compartilhar este espaço com as famílias, em um trabalho coletivo, que demonstre um olhar atento para o contexto em que estão inseridas construindo relações mais democráticas. Para isso deve-se aproveitar o máximo todas as possibilidades de estreitamento de relações abrindo espaço de convivência, socialização e parceria para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e uma gestão democrática.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Família. Educação Infantil.

Introdução

Ao longo de dez anos na Gestão de um Centro Municipal de Educação Infantil constatei que cada vez mais as famílias vêm se distanciando do espaço educativo de seus filhos. Diante disso busquei pesquisar os motivos deste distanciamento, através de reflexões e análises a partir de um projeto desenvolvido durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar, que teve por objetivo promover uma reflexão acerca dos fatores que dificultam ou impedem uma participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos e as contribuições do Gestor Escolar neste contexto educativo.

Alguns aspectos relevantes da história da educação infantil apontam que somente no final dos anos 70 em função do crescimento urbano e da participação das mulheres no mercado de trabalho se observou uma expansão no crescimento da educação pública no Brasil com o surgimento de creches e pré-escolas.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização Lato Sensu em Gestão Escolar da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob a orientação da Profª Me. Sandra Simone Höpner Pierozan. E-mail: andreikafer@hotmail.com.

Isto resultou na crescente demanda de procura por estabelecimentos que atendessem a infância e posteriormente incorporado legalmente na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 que reconhecem a educação como direito da criança de 0 a 6 anos e como dever do Estado. Ainda, tais documentos indicam a responsabilidade dos municípios em regime de colaboração, pelo atendimento em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 6 anos), definindo ambos como instituições educacionais.

Diante deste contexto as famílias passam a se organizar de diferente maneira, agora levam seus filhos para uma unidade educativa e a mãe passa a assumir a função de mãe trabalhadora, reforçando a renda mensal, ou muitas vezes sustentando sozinha o seu núcleo familiar. Neste sentido é necessário especificar a função que a escola de Educação Infantil tem em relação às crianças e reforçar o papel das famílias, também tendo um compromisso social e fundamental de acompanhar e contribuir no desenvolvimento e educação de seus filhos.

A legislação brasileira (Constituição Federal, Lei das Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente) preza que a educação formal é um complemento da educação familiar e social.

A partir disso podemos destacar que a família é fundamental para o desenvolvimento social e intelectual das crianças, a mesma possui uma grande influência em todos os aspectos da vida do sujeito. Diante deste contexto, acreditamos que esta pode contribuir, para que o crescimento destas crianças aconteça de maneira enriquecedora atendendo melhor suas necessidades.

Promovemos então, neste texto uma reflexão acerca dos fatores que influenciam na ausência dos pais na vida escolar dos filhos, a fim de subsidiar as ações do gestor no acompanhamento da relação família e escola, possibilitando desta forma, um avanço no processo ensino e aprendizagem. Para tanto buscou-se através de questionários, identificar as causas que interferem na relação família e escola e de posse destas informações sugerir estratégias e ações que promovam a aproximação da família com a escola.

Desta forma aplicaram-se questionários em três Centros Municipais de Educação Infantil² do município de Concórdia – SC, estes instrumentos foram direcionados às

² Na rede municipal de ensino de Concórdia, os espaços destinados ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos denomina-se Centro Municipal de Educação Infantil. O atendimento ocorre em Grupos assim distribuídos em razão da idade das crianças e possui turnos de funcionamento que podem ser integral

famílias e envolviam hábitos familiares e expectativas sobre a vida escolar na infância, buscando levantar os motivos da pouca participação das famílias no acompanhamento da educação das crianças.

Neste artigo também nos interessa compreender o papel do gestor na educação infantil, em especial sobre sua responsabilidade de conduzir ações bem planejadas e abrir espaços de discussões em busca de solucionar problemas e situações que apresentem dificuldades.

A gestão democrática na educação infantil deve trazer elementos que visem à garantia de interesses coletivos e atenda às suas especificidades e desafios, é preciso então refletir a respeito do papel de todos os envolvidos neste processo. Uma gestão compartilhada que tenha espaço para o fluxo de ideias e o trabalho coletivo, que demonstre um olhar atento para o contexto familiar, poderá construir relações mais democráticas.

A Educação Infantil como direito

Estamos vivendo em um período oportuno para reflexão e ação em prol da educação na infância. A educação infantil além de ser um direito da criança, é uma exigência da vida atual, um direito da família, na qual a mulher trabalha e tem direitos sociais.

Os marcos legais da Educação Infantil, os quais trazem imbuídos a mobilização da sociedade civil em relação aos direitos e conquistas, são: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente/1990, Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996, Plano Nacional de Educação/Lei Federal 10.172/2001, Plano Nacional de Educação/Lei Federal 13.005/2014.

A Educação Infantil também possui outros documentos que complementam a legislação anteriormente citada, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2010, e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998.

(manhã e tarde) ou apenas em um dos turnos, de acordo com o número de vagas e necessidade apontada pelos pais. Os CMEIS funcionam o ano todo, sem interrupção no final do calendário escolar tradicional. No município atualmente são 17 CMEIs que estão prioritariamente na área urbana e 1 na área rural.

Anterior às legislações e políticas públicas o atendimento na infância ficava restrito a suas famílias, apenas crianças com menos condições financeiras é que eram levadas a instituições de caridade, conforme aponta Kuhlmann (2000, p.01):

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As casas de expostos recebiam os bebês abandonados nas rodas, cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-las a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. Agora, a ênfase está no suporte as famílias pobres, até mesmo para evitar que lhes sobrasse apenas a opção de abandonar seus filhos naquelas instituições.

Com a Lei do Ventre Livre a escravatura foi abolida no Brasil e os filhos das escravas precisavam de um lugar para ficar, assim como os filhos das mães que necessitavam trabalhar, neste contexto o atendimento era voltado para crianças pobres. Segundo Kuhlmann foi em 1879 que surge a primeira referência à creche no país:

Em 1879 surge a primeira referência a respeito da creche registrada no país, que foi publicada no jornal “Mãe de Família”. O autor da matéria, Kossuth Vinelli, chamava a atenção da sociedade da época para as vantagens desta instituição para famílias. Vinelli estava preocupado com a necessidade das mães de trabalhar, pois precisavam ter um lugar para deixar seus filhos, assim como a educação dos filhos das escravas que foram libertados com a Lei do Ventre Livre. (2011, p.01)

Segundo este autor, destacam-se algumas instituições que surgem com o objetivo de defender a infância, uma delas é a “Associação da Infância Desamparada” que surgiu nos anos de 1890 e também o “Instituto de Proteção e Assistência do Rio de Janeiro”, criado em 1899 que se preocupava com a assistência e a saúde na infância.

Com as mulheres no mercado de trabalho e o avanço da industrialização a procura pelo atendimento na infância cresceu, a mortalidade infantil e os acidentes domésticos fizeram com que a sociedade começasse a pensar num espaço para cuidar das crianças. As condições da educação estavam relacionadas ao poder econômico das famílias:

Enquanto [...] as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança, pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13)

Recuperando a história da educação, conforme Vidal Didonet (2001), o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932 trouxe alterações significativas na educação. Estas ocorreram na esfera do governo federal, sendo que a Inspeção de Higiene Infantil criada em 1923 é substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância no ano de 1934 e em 1937 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passa a ser nomeado Ministério da Educação e Saúde.

Uma perspectiva apontada durante todo este período foi concretizada no ano de 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 que estabelecia em seus artigos 23 e 24 que “as crianças com idade inferior a 7 anos receberiam educação em escolas maternas ou jardins de infância, estimulando-se as empresas a manter instituições do gênero para os filhos de suas trabalhadoras.” (BRASIL, 1961)

No ano de 1971 é criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692 que previa em seu artigo 19 que “os sistemas de ensino valerão para que as crianças de idade inferior recebam educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”. (BRASIL, 1971)

É possível perceber que mesmo timidamente a legislação educacional começa a abrir espaços para a educação da infância, mesmo que ainda não se saiba como fazer, tampouco de quem é a responsabilidade pela oferta, e se estará atrelada à educação ou a assistência social. No interior do Brasil raros são os locais que atendem a infância antes da década de 1980.

A partir da década de 80 a Educação Infantil brasileira ganhou impulso com a Constituição Federal que em 5 de outubro de 1988 afirmou o direito das crianças a Educação Infantil em creches e pré-escolas como dever do estado e opção da família. Também em 1990 com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), lei nº 8.069 de 13 de julho, relata no artigo 3 que a criança e o adolescente tem os mesmos direitos e oportunidades de qualquer ser humano:

A criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso as oportunidades de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990)

A legalidade da Educação infantil foi firmada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil Nacional Brasileira (LDBEN – 9.394) de 20 de dezembro de 1996, no título V, capítulo II, seção II em seus artigos 29,30 e 31 trata da finalidade, oferta e

avaliação, sendo que no artigo 29 ela especifica a questão de que a educação complementa a ação da família e da comunidade: “ Art 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Segundo Kramer et al. (2009, p.06) a Constituição da República foi a primeira no país a ver a criança como sujeito de direitos:

Aqueles eram anos de luta em torno da Constituição Federativa do Brasil que, aprovada em 5 de outubro de 1988, foi a primeira no país a afirmar o direito das crianças à Educação Infantil em creches e pré-escolas, o dever do Estado de assegurar as vagas e a opção da família.

Outras conquistas importantes para a Educação infantil foram as leis nº 8.069 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9494/96) que, conforme Kramer et al (2009, p.06):

Esta conquista foi reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), fruto de imensa mobilização nacional que recolheu mais de um milhão de assinaturas de cidadãos brasileiros de todo o país, bem como ao Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que reconheceu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996).

Conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente tem os mesmos direitos e oportunidades de qualquer outro ser humano:

Art.3 - A criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso as oportunidades de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990, p. 01)

Mas somente com a Lei n 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica com finalidade do desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (art.29). (BRASIL, 1996)

Salientamos também que foram criados documentos complementares neste período entre a entrada em vigor do ECA e da LDB em que o Ministério da Educação (MEC) buscou estabelecer propostas pedagógicas, e critérios para um atendimento em

creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças. Na sequência foi publicado o Referencial Curricular para a Educação Infantil, em três volumes, com subsídios teóricos e apoio ao professor da educação infantil. Com a publicação da Política Nacional de Educação Infantil o MEC voltava-se ao objetivo de incentivar os municípios a investir na educação infantil.

Diante do exposto vemos que a história da Educação Infantil brasileira passou por um longo caminho de mudanças e avanços, desde momentos em que a criança não era a prioridade no atendimento e sim as necessidades das famílias, sendo o espaço de Educação Infantil de cunho fortemente assistencialista, com o principal objetivo de cuidar.

No decorrer do tempo foi-se consolidando concepções centradas na compreensão da criança como um sujeito de direitos para assim pensar uma educação infantil de qualidade num contexto nacional.

A gestão na Educação Infantil: resultado do estudo e algumas reflexões

A reflexão sobre a relação família e escola, bem como a relação que o gestor estabelece com estes contou com um suporte teórico, que permitisse, além de refletir sobre a forma como foi se configurando a educação infantil nos últimos anos, sustentar as análises de uma pesquisa de campo que contou como público alvo as famílias de três Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) em localidades diferentes do município de Concórdia (SC).

A educação infantil do município de Concórdia atende crianças de 0 a 4 anos nos CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil), a vaga pode ser em período integral ou parcial, conforme a necessidade das famílias. São dezoito CMEIs, sendo que 16 atendem no horário das 6h30min às 18h30min, com exceção de dois espaços que tem parceria com a empresa BRF, um atende no meio rural no horário das 7h às 17h, outro no meio urbano das 4h às 18h15min. O atendimento acontece nos 12 meses do ano, as matrículas podem ocorrer sempre que vagas estiverem disponíveis e houver demanda.

Previsto em calendário de trabalho anual, mensalmente realiza-se uma reunião pedagógica com profissionais da instituição para o planejamento, formação continuada e estudos referente ao trabalho educativo, sendo a coordenadora responsável pela articulação deste momento. Cada CMEI possui organização própria, desde que atenda a esta programação anual.

O critério de escolha dos CMEIs levou em consideração a localização dos mesmos sendo: área central, bairro e meio rural, com o intuito de verificar se existem semelhanças ou não na participação das famílias nas três localidades diferentes.

Elaborou-se um questionário, que foi enviado para as famílias dentro das mochilas de uso diário das crianças, com orientações de que após respondidos os mesmos deveriam ser depositados em uma urna que ficou no espaço de entrada de cada Centro de Educação Infantil. As perguntas buscavam informações das famílias como: grau de escolaridade, nível sócio econômico, rotinas, acompanhamento de atividades, comunicados, motivos da não participação, bem como um espaço para que pudessem ser feitas sugestões para o CMEI.

No quadro abaixo é possível acompanhar os dados relativos aos números de questionários aplicados.

Quadro 1 – Síntese numérica dos questionários aplicados:

Localização	NCA	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		TQ	
		E	R	E	R	E	R	E	R	E	R
CMEI A (área rural)	53	6	2	6	5	6	5	7	6	25	18
CMEI B (centro)	145	8	7	8	5	8	4	11	7	35	23
CMEI C (bairro)	225	8	3	10	10	10	9	12	11	40	33

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: NCA (Nº de crianças atendidas); Grupo 1: (0 a 1 anos); Grupo 2 (1 a 2 anos); Grupo 3 (2 a 3 anos); Grupo 4 (3 a 4 anos); TQ (Total de questionários); E (entregues); R (recebidos)

Diante dos resultados expostos na tabela podemos constatar que o CMEI C, localizado em um bairro teve a maior porcentagem de devolutivas de questionários, sendo 85,5 % retornaram, o CMEI B, localizado no Centro a menor porcentagem de retorno dos questionário com 65%, e o CMEI A localizado em meio rural com 72% de retorno.

Suponho que o CMEI B com menor porcentagem de retorno deve-se a ocupação dos pais, sendo que é localizado no Centro, atende pais trabalhadores do comércio, ambos pai e mãe devem ter rotinas de trabalho intensas e isto resulta na pouca participação nas atividades escolar dos filhos, o que também foi constatado no questionário.

O CMEI A, localizado no bairro teve a maior devolutiva com 85 %, sendo um CMEI de bairro a rotina das famílias é mais calma, muitos casos um dos membros da família não trabalha e assim conseguem acompanhar a vida escolar das crianças.

O CMEI A, localizado no meio rural teve uma porcentagem razoável na devolutiva dos questionários, a maioria dos pais trabalham em granjas ou no meio agrícola o que permite a organização de horários para acompanhar as crianças em suas atividades escolares.

Além do fato da localização também temos que considerar a questão de como se trabalha a participação das famílias nestes espaços, qual a visão do gestor e como conduz para que as Famílias tenham oportunidade de participar em Reuniões, Assembleias e Eventos. Percebemos em todos os espaços que o principal motivo da não participação é o horário das reuniões e o tempo de duração, alguns pais consideram muito extensos e pedem para ser mais objetivas.

Em todos os Grupos houve um retorno considerável dos questionários, somente nos Grupos 1 (crianças de 0 a 1 ano) do CMEI A, área rural e CMEI C, bairro houve pouco retorno, acredito que pelo motivo de não estarem habituados com a rotina do CMEI e as atividades propostas.

Já no Grupo 4 (crianças de 3 a 4 anos) de todos os CMEIs se constatou que houve uma boa devolutiva dos questionários, talvez por entender mais o andamento do CMEI, pois as crianças já frequentam o espaço a algum tempo.

No contexto geral houve um bom retorno dos questionários.

Após estas considerações também constatou-se que nos momentos de Reuniões Pedagógicas e de interação com o grupo de professores trás como principal queixas dos professores é a falta de participação e empenho dos pais nesta etapa da vida das crianças, muitos pais tem a expectativa de que na unidade de Educação Infantil os professores devem se responsabilizar por tudo e desta maneira se afastam de participar nesta fase tão importante da criança.

Independente do modelo como a família se apresenta, ela é fator importante no processo ensino-aprendizagem, a questão afetividade está diretamente ligada à aprendizagem e aquisição de conhecimento. A experiência de atuação escolar comprova que a participação dos pais é de fundamental importância para o desempenho escolar e social dos educandos. É necessário que os profissionais da escola conheçam os alunos e as famílias com as quais lidam, para que possam avaliar as ações enquanto educadores e construir novas propostas educacionais de acordo com a realidade.

Pois, de acordo com Piletti e Piletti,

[...] o conhecimento da família do aluno é indispensável para a eficácia do trabalho escolar. Embora tal conhecimento seja essencial para o professor, a escola, através do serviço de intercâmbio com a comunidade, pode fazer tais visitas e colocar as informações à disposição dos professores. (PILETTI e PILETTI, 1997, p. 185).

Quanto maior a parceria entre escola e família, mais positivo serão os resultados na formação dos alunos, uma vez que estes órgãos são base de sustentação e apoio na formação dos mesmos. Ambas as partes tem responsabilidade de tornar estas crianças e jovens seres atuantes, participativos, conscientes de seus deveres e direitos.

A escola sofre com a ausência da família em acompanhar a criança no seu desenvolvimento escolar. Os professores reclamam da falta de limite dos filhos aos pais dificultando o processo ensino-aprendizagem, impossibilitando uma educação de qualidade. Esta foi a razão de buscar conduzir um estudo que investigasse os motivos que mantém pais afastados do ambiente escolar frequentado por seus filhos, bem como as razões que os afastam do compromisso de acompanhar o aprendizado de seus filhos.

Através dos questionários constatou-se que os pais das crianças na faixa etária de 3 a 4 anos devolveram mais questionários respondidos, no entanto em conversa com as gestoras dos espaços foi constatado que em reuniões e eventos são os que menos participam. Isso pode demonstrar o interesse dos pais em participar, mesmo quando não estão pessoalmente nas atividades propostas.

Percebemos diante das conversas e observações que os pais das crianças da faixa etária de 0 a 1 ano são os que mais participam de eventos e reuniões, podendo indicando que talvez por já estarem em diversos momentos junto ao CMEI não compreendessem como importante a sua resposta ao questionário.

Também refletimos que com o passar dos anos os pais perdem o interesse em participar das questões propostas pela unidade de Educação Infantil, uma das hipóteses pode ser por conhecerem e confiarem no trabalho das instituições sendo que no último ano a criança já está mais independente, outro ponto seria a falta de incentivo da própria unidade de ensino em continuar incentivando esta aproximação da família em todas as atividades e questões relacionadas a escola.

Desde a Educação Infantil deve-se considerar que o grau de escolaridade dos pais é importante no sentido do acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, no que diz respeito a questão do “Boletim”, do registro descritivo do desenvolvimento da criança, ao qual chamamos de Registro de Acompanhamento.

A Educação Infantil acompanha o desenvolvimento das crianças através de um Registro de Acompanhamento, este registro é um parecer do desempenho das crianças nos aspectos físico, cognitivo, afetivo, social e psicológico e em nosso município é feito semestralmente e entregue aos pais em uma reunião. De posse de tal documento, desde a primeira infância os pais tem a oportunidade de participar dos resultados obtidos juntamente com a unidade de ensino e perceber o progresso e crescimento de seu filho (a).

É neste ponto que o grau de escolaridade dos pais poderá interferir, pois acreditamos que quanto maior for a instrução da família, mais condições de compreender os registros e a importância do acompanhamento do desenvolvimento da criança, o que não acontece naturalmente, mas sim mediado pelos adultos com os quais ela convive.

Este é um ponto importante a se considerar pois a cultura apresentada e vivenciada em casa e na escola interfere nas relações e no crescimento da criança, na questão dos hábitos que desde a infância são vivenciados.

Um dos questionamentos visava ter uma noção do nível socioeconômico das famílias pois acreditamos que a escola necessita ter uma visão de como a família se organiza, e auxilia no entendimento de alguns comportamentos e atitudes das crianças durante o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Sendo a rotina uma questão muito importante no andamento de uma unidade de Educação Infantil, o objetivo foi analisar se os pais conhecem como ocorre as atividades diárias de seu filho (a).

A rotina é um instrumento de trabalho importante, pois através desta organização a criança se encontra no tempo e no espaço passa a ter mais autonomia, os pais também podem adotar uma sequência de hábitos em casa à noite ou nos finais de semana para acompanhar a organização da unidade de Educação Infantil, principalmente para os bebês que estão se adaptando no ambiente educativo. Segundo as respostas obtidas o principal motivo dos pais não conhecer as rotinas é a falta de tempo dos pais.

A cada início de ano é organizado uma Reunião por Grupos onde as famílias tem a oportunidade de conhecer as professoras, rotinas, especificidades da faixa etária, o que as professoras pretendem trabalhar durante o ano, este é um momento importante de diálogo e troca de informações necessárias para o bom andamento do trabalho.

Percebemos aqui, a importância de desenvolver ações que orientem os pais e os incentivem a se relacionar de maneira mais intensa e colaborativa no ambiente escolar, sendo necessário inserir as famílias no cotidiano da educação infantil de maneira que isto enriqueça o trabalho e melhore o atendimento e a qualidade.

Uma das questões tinha o propósito de compreender se os pais observam os recados diários do CMEI, neste quesito as respostas em relação aos comunicados e bilhetes encaminhados pelas escolas para os pais ou responsáveis, teve a maioria de respostas dizendo que as famílias observam os recados e olham os comunicados na agenda diariamente.

A agenda é um meio de comunicação entre família e escola, é importante e essencial ao trabalho, já que a comunicação possibilita aos pais seguir a organização da criança na sua vida escolar, compartilhar interesses e estar a par do que acontece no dia a dia de seu filho.

Dentre os motivos de não participar das reuniões os pais justificam dois principais que são: o horário e não ter onde deixar os filhos, assim destacam nas seguintes falas: *“faltei em algumas por causa do horário³”, “como nas reuniões geralmente não pode levar as crianças, as vezes não conseguimos comparecer...”*

Compete aos gestores neste momento repensar e criar estratégias para que os pais consigam estar mais atuantes e presentes no processo educativo.

Através dos questionários aplicados percebemos que os pais reconhecem que a sua parceria com o CMEI é importante para o desenvolvimento de seus filhos pois compartilham objetivos em comum. É uma troca coletiva partindo de que a escola tem como principal objetivo trabalhar o conhecimento científico e elaborado durante os anos adequado à infância e levando em consideração a realidade dos alunos, a situação social e cultural das famílias. A família então tem a oportunidade de apontar os seus anseios para o Centro, e este em contrapartida buscará elaborar estratégias para trabalhar em conjunto com os pais.

Outra resposta marcante foi a seguinte: *“A pouca participação dos pais pode se dar a falta de tempo. Acho muito importante os recados na agenda, o diálogo com os professores, que infelizmente precisam ser rápidos pois precisam atender as necessidades das crianças. Acho fundamental também a escola envolver os pais,*

³ Assegurou-se aos participantes o anonimato, portanto apenas destacaremos as falas, sem identificar os respondentes.

incentivando a participação com atividades como aquela da literatura em casa, os pais precisam escrever o comportamento de seu filho, etc.”

Levando-se em conta todas as respostas percebemos que a maioria das famílias justificam a não participação como falta de tempo, o horário, o ritmo diário acelerado, esperamos então diante destas justificativas buscar formas de alcançar estes pais para uma participação de maneira que compreendam que a participação favorece o desenvolvimento de seus filhos.

Com estes dados o Gestor deve trazer elementos que visam à garantia de interesses coletivos, seria uma maneira de organizar a escola em todos os seus aspectos visando à participação e o empenho de todos, tanto dos professores como das famílias.

Não se trata de deixar a família impor saberes ou da escola ensinar tudo para as famílias, mas sim de uma troca de conhecimentos em favor das crianças:

A demanda por educação pode ser satisfeita quando a família, a escola e outras realidades formativas cooperem construtivamente entre si em uma relação de integração e de continuidade. É, portanto, útil levar em conta todas as possíveis interações existentes entre os vários contextos educativos, pois uma perspectiva que os considerasse isoladamente revelar-se-ia parcial ou desviante (...) A distinção das tarefas, com base no comum reconhecimento do direito da criança a educação, é a condição necessária para estabelecer relações produtivas entre as diversas agências educativas. (FARIAS,1995, p.72)

É necessário que a gestão escolar seja democrática, mas desenvolver uma gestão nesta perspectiva ainda é um desafio em muitos espaços educativos.

A gestão democrática implica em participação, em que objetivos e ações são traçados com o envolvimento da comunidade escolar, isto inclui a família que deve ser ativa nas decisões. Ao participar das discussões e decisões ela estará se comprometendo com a educação que está sendo ofertada. A democratização dá voz a todos os envolvidos no processo educativo e isso exige projetos construídos coletivamente e a participação em todas as ações escolares.

Algumas sugestões coletadas nos questionários para que a família participe com maior empenho no CMEI seriam:

“ Acompanhar um dia de aula com eles... ou uma tarde, enfim ver o dia que cada pai pode ir”.

“ Podemos usar o que a internet pode nos aproximar, criar um grupo de WhatsApp de cada sala para repasse de informação”

“ Reuniões trimestrais somente para os pais em cada sala, assim nós podemos falar e discutir melhor sobre nossos filho ”

“ Poderiam ser desenvolvidos temas onde os pais poderiam fazer com seus filhos em casa ”

“ Ser objetivos em reuniões, para ser mais rápido, assim de repente até se consegue levar os filhos juntos, sem ser cansativo para ambos ”

“ Gincanas com os filhos ”

“ Formação envolvendo as famílias ”

“ Grupos de Estudos ”

“ Apresentação de dia das mães e dia dos pais, com confraternização ”

“ Mateadas com os pais ”

“ O mundo tá muito complicado, ninguém mais tem tempo! Por isso é difícil participar de tudo ”

Cabe ao espaço educativo primeiramente ter o entendimento de que autonomia e participação devem ser construídos com a equipe escolar e a comunidade: pais, alunos, por meio de soluções adequadas e coletivas de um PPP que seja construído com base na realidade escolar, buscando superar as dificuldades, solucionando problemas, em busca da melhor qualidade da educação.

Sendo assim o trabalho do gestor pode se transformar numa poderosa ferramenta, capaz de contribuir significativamente no fortalecimento e crescimento do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, através do trabalho desenvolvido junto aos professores e a famílias, sendo que ambas contribuem para o desenvolvimento integral das crianças, cada uma com suas especificidades.

Portanto, se faz necessário compor uma parceria entre escola e família para que cada uma compreenda e assuma sua responsabilidade e seu papel na formação do sujeito, pois a escola não pode assumir tudo sozinha.

No entanto, diante das interpretações obtidas através dos questionários aplicados e do contexto social em que se insere a família, fica evidente que é exigido cada vez mais a dedicação dos pais na vida profissional, ou seja, os horários exigidos pelas empresas, a sobrecarga de trabalho, até por questão de sobrevivência e busca de uma melhor qualidade de vida, influenciam na disponibilidade em se dedicar aos filhos. Isso interfere diretamente na participação efetiva na vida escolar, pois os pais acabam delegando a função de educar para a escola, esperando muitas vezes que esta eduque seus filhos e resolva todos os seus problemas.

Assim consideramos ser possível sensibilizar as famílias sobre a importância da participação na vida escolar dos filhos através de reuniões, palestras, atividades e projetos desenvolvidos pelo educandário.

Considerações Finais

Quanto maior for a parceria entre escola e família, maiores serão os resultados obtidos com o desenvolvimento e o processo educacional, uma vez que estas instituições são a base de sustentação e apoio na formação das crianças.

Compor uma parceria entre a escola e família não é uma tarefa fácil. Os pais não podem responsabilizar somente à escola pela educação de seus filhos, por outro lado a escola precisa assumir o seu papel frente o processo formativo do aluno, propiciar um ambiente de discussão dos interesses de ambas as partes, oportunizar momentos para que os pais percebam a importância da sua participação na vida escolar dos filhos.

Sendo assim, percebemos que a família não pode viver distante da escola, ela deve participar das reuniões e eventos promovidos pela instituição e também acompanhar o desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos, buscando um diálogo constante com os professores e equipe pedagógica.

No entanto percebemos que o distanciamento dos pais na vida escolar dos filhos vem aumentando gradativamente com o passar dos anos, muitas vezes restringe-se apenas às visitas obrigatórias quando a escola solicita. Portanto, elencamos ações que conscientizassem e orientassem os pais da importância que eles representam no incentivo à aprendizagem. É a partir de atitudes simples que essa participação ocorre: ir às reuniões de pais, valorizar as tarefas escolares, estimular as crianças a lerem, contar histórias, ouvir histórias, se manter informado a respeito do desenvolvimento do filho, etc.

A ausência dos pais e a falta de diálogo entre pais e professores principalmente na Educação Infantil acarreta dificuldades no trabalho pedagógico e rotineiro do espaço educativo. A realidade mostra que muitos pais participam pouco e alguns não exercem nenhuma participação nas atividades organizadas, daí a necessidade de dar continuidade ao trabalho de motivação e conscientização com estes pais.

Percebemos que muitos destes pais têm dificuldade e não se sentem seguros e capazes de se envolverem neste processo, por isso, o cuidado de pontuar ações simples e eficazes para auxiliar na integração família-escola, promovendo e conscientizando no

sentido de responsabilidade, fortalecendo o trabalho coletivo e avançando no aprendizado.

Os pais necessitam de informações e orientações para auxiliar seus filhos no processo educativo e a escola precisa programar formas de intensificar e estreitar esta relação. Uma ação importante que o CMEI pode desenvolver é planejar para o próximo ano oferecer mais palestras e momentos de orientação.

A família oferece a criança a educação informal e a escola a educação sistematizada, sendo que ambos devem complementar um ao outro para uma melhor qualidade do ensino, buscando estratégias que propicie a criança um cenário de aprendizagem e autonomia.

Quanto maior for a parceria entre escola e família, mais positivo serão os resultados na formação dos alunos, uma vez que estes órgãos são base de sustentação e apoio na formação dos mesmos. Ambas as partes tem responsabilidade de tornar estas crianças e jovens seres atuantes, participativos, conscientes de seus deveres e direitos.

Portanto é necessário continuar incentivando e convidando os pais a participarem de atividades atrativas e de descontração, e buscando contemplar junto a questões pedagógicas momentos de descontração e conversa como por exemplo,organizar um coquetel após as reuniões, durante a festa de encerramento e mostra de trabalhos buscar organizar apresentações significativas mostrando as questões pedagógicas feitas pelo espaço.

Também mantê-los informados dos acontecimentos e programações da escola, podemos utilizar ferramentas tradicionais, mas eficazes: montar um mural para expor bilhetes e comunicados, para informar sobre o funcionamento da escolar, prestar contas, convidar os pais para reuniões, compartilhar atividades e projetos desenvolvidos na escola.

Os pais precisam perceber que fazem parte desse processo, acompanhar de forma carinhosa as atividades escolares dos filhos, refletindo sobre suas atitudes e participando de forma mais ativa na vida escolar, somar, colaborar e contribuir na aprendizagem dos filhos. Reconhecer que as crianças, adolescentes e jovens precisam do apoio e incentivo da família nas atividades escolares como um reforço pedagógico.

A família que participa da vida escolar dos filhos é capaz de despertar o interesse e contribuir para a aprendizagem de forma significativa, através de atitudes simples e eficazes, tais como: conversar com seus filhos, realizar atividades juntos, valorizar tarefas escolares, incentivar a leitura, ouvir e contar suas histórias, demonstrar

atenção e carinho. Participar da vida dessas crianças é oferecer-lhes oportunidades de sair-se muito melhor na escola e na vida.

Precisamos tomar atitudes, não podemos deixar as “coisas” como estão e fingir que está tudo bem. Os pais necessitam de orientações para auxiliarem no processo educacional de seus filhos e a escola precisa colocar em prática ações que fortaleçam os laços entre família e escola, esses são sem dúvida, ambientes socializadores e educacionais que auxiliam no desenvolvimento intelectual e social do aluno. É indispensável à presença da família para que ocorra o sucesso escolar, essa presença implica envolvimento e comprometimento.

Apesar dos atropelos da vida moderna, da falta de tempo, da rotina de trabalho estressante, do acúmulo de atividades e outras dificuldades alegadas pelas famílias, elas devem ser incentivadas a participarem e estarem cada vez mais perto de seus filhos, não podendo abrir mão desta importante função, uma vez que a sua presença é fator principal no desenvolvimento humano, ela continua sendo responsável pelo processo de humanização dos indivíduos. A crise econômica não pode afetar de forma tão desastrosa os valores, as famílias precisam repensar o fato de não querer deixar “faltar nada” para os filhos, pois, acabou deixando faltar o principal: a “presença”, ocasionando a falta de afeto.

Família e escola lutam pelo mesmo ideal: favorecer o desenvolvimento de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, capaz de exercer sua cidadania. Por isso a importância destas duas instituições estarem engajadas no processo ensino-aprendizagem. A escola continua desempenhando a função de transmitir conhecimentos científicos e formar profissionais que contribuam para a melhoria da sociedade de forma participativa e atuante e a participação da família é imprescindível para que esse processo ocorra.

A escola e a família são responsáveis na formação dos indivíduos, por isso ter um olhar atento à qualidade e oportunidades que lhes são oferecidas visando práticas participativas, valoriza a formação e forma um cidadão crítico, consciente e autônomo. Quando os valores da escola e da família estão em consonância à aprendizagem ocorre com mais facilidade. Mas para que ocorresse esta interação foi necessário conhecer as realidades e buscar maneiras que permitissem um entrosamento entre ambas, escola e família cada qual assumindo suas responsabilidades.

Aproveitar o máximo todas as possibilidades de estreitamento de relações abrindo espaço de convivência, socialização e parceria para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Neste contexto o Gestor tem o desafio de pensar e buscar alternativas que deem oportunidade de participação para todos, considerando as diferenças, dificuldades, opiniões e sugestões das famílias. O gestor tem o papel fundamental de organizar o espaço escolar, e para que isso aconteça é necessário construir caminhos através de ações democráticas, mediando as relações da comunidade escolar com a equipe de professores e as famílias.

Estas ações são complexas e exigem uma gestão aberta ao dialogo e a participação de todos os envolvidos, não basta somente convocar os pais para reuniões e assembleias, mas envolve-los em ações significativas que tragam crescimento e orientem sobre como eles podem auxiliar e incentivar seus filhos valorizando a vida escolar e o aprendizado.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 4024/61. Brasília, 1961.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 5692/71. Brasília, 1971.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União. Brasília, 13 de jul.1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9394/96. Brasília, 1996.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. **Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44. abr. 1998.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KUHLMAN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 14, p. 5-18, ago. 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200002&lng=pt&nrm=iso>.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.469-496.

Apêndices

QUESTIONÁRIO

Prezados Pais ou Responsáveis

Como parte do trabalho do Curso de Gestão Pedagógica e visando melhorar a qualidade do Ensino, solicitamos sua colaboração respondendo as questões abaixo.

Não é necessário identificar nomes apenas informar dados.

O questionário deve ser depositado na Caixa de Coletas que estará na Entrada do CMEI até o dia 05/06/2017.

Agradeço a sua valiosa colaboração. Andréia F. V. Kafer

1) Seu (a) filho (a) esta atualmente frequentando qual Grupo:
<input type="checkbox"/> Grupo 1
<input type="checkbox"/> Grupo 2
<input type="checkbox"/> Grupo 3
<input type="checkbox"/> Grupo 4
<input type="checkbox"/> Grupo 5

3) Nível Sócio Econômico
<input type="checkbox"/> Sem salario fixo
<input type="checkbox"/> 1 a 3 salários
<input type="checkbox"/> acima de três salários

4) Você conhece as Rotinas do CMEI? (Alimentação, Higiene, Soninho, Atividades Pedagógicas).
<input type="checkbox"/> Sim
<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Algumas

2) Qual é o seu Grau de Escolaridade
<input type="checkbox"/> Analfabeto
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto
<input type="checkbox"/> Especialização
<input type="checkbox"/> Mestrado

5) Se você não conhece as Rotinas. O motivo é devido á:
<input type="checkbox"/> Falta de Tempo
<input type="checkbox"/> Não Participa das Reuniões
<input type="checkbox"/> Não se interessa por achar desnecessário

6) Quanto tempo seu filho (a) frequenta o CMEI?

7) Quanto ao processo de Ensino Aprendizagem/ Desenvolvimento de seu filho (a) você considera-se um pai/mãe/responsável?
() Presente (acompanha atividades, desenvolvimento e resultado)
() Ausente (não acompanha as atividades, desenvolvimento e resultados)
() Esforçado

8) Em relação aos comunicados escolares:
Você observa/lê os recados no mural do CMEI: () Sim () Não
Você tem o costume de olhar a Agenda e Comunicados Diariamente: () Sim () Não

9) Quando o CMEI solicita seu comparecimento você:
() Não comparece por ter dificuldade de ausentar-se do trabalho.
() Ignora solicitação por julgar sem importância.
() Atende solicitação se fazendo presente por julgar desnecessário.
() Outra.

Porque:

10) Quando você participa das Reuniões?
() Sempre
() Nunca
() As vezes
Justifique:

11) De maneira geral como você observa a participação dos Pais/Responsáveis no CMEI?

12) Relacione algumas sugestões que visem a participação dos Pais no CMEI?